



## PODER

# Congresso retorna no compasso da eleição

Com base aliada e oposição desarrumadas, trabalhos e votações seguirão uma única lógica: a da sobrevivência política

» DENISE ROTHENBURG

O clima de incertezas sobre o quadro eleitoral, em especial em relação à reeleição do presidente Jair Bolsonaro, desarrumou a base e a oposição no Congresso, comprometendo o bom andamento das pautas neste retorno dos trabalhos. Deputados que em muitas votações apoiavam os projetos do governo planejam se distanciar, de olho na sobrevivência eleitoral. E, nesse sentido, nem o PL, partido de Bolsonaro, e nem o PP, do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, votarão fechados com os desejos do Planalto. Parte das bancadas do PSDB e do DEM, que davam lastro em algumas questões econômicas, tendem a se afastar de vez.

Não há consenso sequer para definir se a reforma tributária deve começar na Câmara ou no Senado. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pré-candidato ao Planalto, já disse com todas as letras que esse tema será prioridade dos senadores neste primeiro semestre. Já o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defende uma proposta diferente daquela que tramita por lá e não se cansa de se referir ao Senado como “Casa revisora”, numa indicação de que dará preferência ao texto que está na Câmara.

O primeiro movimento desta semana será uma reunião entre Pacheco e Lira para tentar chegar a um acordo em relação aos

próximos passos da tributária e avaliar, ainda, o que pode ser feito para tentar reduzir o preço dos combustíveis, um tema que interessa a todos num ano eleitoral. Também está no radar dos parlamentares a derrubada dos vetos ao Orçamento, com vistas à recomposição de valores destinados à educação, por exemplo.

Porém, fora desses assuntos que ajudam a aliviar o bolso do eleitor, as dificuldades serão grandes. Se Bolsonaro não se recuperar logo diante do eleitorado, não se vota mais nada de interesse exclusivo do Poder Executivo, conforme avaliam os integrantes da base. O que os governistas falam reservadamente, os opositoristas dizem de peito aberto: “Não vejo clima para grandes avanços na agenda do país”, destaca o deputado Júlio Delgado (PSB-MG).

### Desconfianças

Deputados do PP e PL, que hoje são a principal base no governo na Câmara, ao lado de uma parte do PSL e do Republicanos, já olham meio desconfiados para a recondução de Bolsonaro ao Planalto. Embora saibam que eleição é sempre um risco, o que leva muitos a manter uma certa distância do governo é o receio de que ele fique fora do segundo turno.

Alguns que estão distantes não querem nem saber de aproximação. O PP da Bahia, por exemplo, se orgulha da parceria de 16 anos com o PT e vai apoiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula

Roque de Sá/Agência Senado



Lira e Pacheco se reúnem, ainda esta semana, para tentarem acordo sobre a reforma tributária

da Silva. No PL do Ceará, a parceria é com o governador Camilo Santana (PT). Entre os deputados de ambos os partidos, muitos dizem em conversas reservadas que o presidente terá dificuldades em manter os votos dos nordestinos em pautas que não forem de interesse direto da população. Ou seja, tudo o que vier apenas para agradar Bolsonaro

ou exigir sacrifícios do eleitor, dificilmente passará.

Se entre os maiores aliados está difícil, imagine em outros partidos. PSDB e Cidadania, que vão discutir uma federação, devem passar a ter uma atuação de maior parceria na Casa, mais distante do governo. O DEM e o próprio PSL, que aguardam a instalação do União Brasil, também

estarão distantes do Planalto, em busca de uma agenda e de uma marca diversas daquelas que pregam os bolsonaristas.

Na oposição, a vida também não será tranquila. A vaga de líder da oposição, por exemplo, pelo acordo feito lá atrás, caberá este ano ao PDT de Ciro Gomes. PT e PSB, que passaram as últimas semanas discutindo

uma federação, chegam estremecidos, depois que Marcelo Freixo (PSB-RJ) acenou com um apoio à candidatura de Fernando Haddad (PT) ao governo de São Paulo, desconsiderando o correligionário Márcio França, o nome do PSB para concorrer ao Palácio dos Bandeirantes. Alessandro Molon, por sua vez, se movimentou para concorrer ao Senado pelo Rio de Janeiro, comprometendo a parceria de Freixo com o PT-RJ.

A esperança de Lira para conseguir votar, pelo menos, as medidas provisórias, é o sistema remoto, mantido neste início de ano por causa do aumento do número de casos de covid-19 entre os servidores da Câmara. E para turbinar essa turma, será preciso ainda liberar as emendas que faltam do Orçamento do ano passado, incluídas em restos a pagar.

Até aqui, os donos do cofre não deram um sinal de que essa liberação será feita no curto prazo. Com a covid e as emendas travadas, fevereiro sem a folia do carnaval será um período para que os líderes, sempre assíduos em Brasília, tentem organizar um pouco mais a bagunça causada pela tensão pré-eleitoral. O problema é que, se demorar demais, aí é que não haverá clima ou tempo para votar as tão propaladas reformas. Nesse caso, dizem alguns políticos, o Brasil terá mais um ano sem planejamento de agenda técnica e legislativa, levado na base do improviso e ao sabor das pesquisas.

# Governo de olho em questões espinhosas

» TAÍSA MEDEIROS  
» BERNARDO LIMA\*

O Congresso retoma as atividades nesta semana com assuntos problemáticos para o Palácio do Planalto, que podem causar desconforto na base governista e, com isso, respingar no Palácio do Planalto. Uma delas é o da legalização dos jogos de azar: de interesse direto do Centrão, a tramitação do projeto de lei deixou a bancada evangélica em pé de guerra. Jair Bolsonaro, logo que soube da manobra do comandante da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para que o PL tramitasse, anunciou que se for aprovado, vai vetá-lo. Ou seja: o presidente compra briga com os partidos que lhe dão sustentação ou com um grupo religioso que, se não é unanimemente governista no Parlamento, tem uma vasta parcela que o respalda.

Mas esse não é o único problema no horizonte do governo. Tem outro PL com potencial para tirar o sono de Bolsonaro, o que autoriza a privatização dos Correios. Para a equipe econômica, a aprovação é um ponto de honra, mas há setores no próprio governo — como os militares — que torcem o nariz. Além disso, trata-se de uma estatal a menos para o grupo político que apoia Bolsonaro controlar. Para piorar, funcionários dos Correios são visceralmente contra a privatização.

“A bancada da base do governo está firme. Temos mais

dificuldades para votar propostas de emendas constitucionais (PECs), mas, para aprovar matérias de lei complementares e lei ordinárias, temos maioria com mais tranquilidade”, garantiu o líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

Aliás, ele destaca que o presidente da Câmara vai prioridade à votação do PL dos jogos de azar. “Lira disse que vai votar a legalização dos jogos de azar, independentemente de acordo ou não”, avisa.

### Aceno aos eleitores

Mas nem tudo é problema para o governo, que também tem propostas que quer ver aprovadas para acenar aos eleitores. É o caso do PL 3.723/2019, que trata do Estatuto de Armas, que flexibiliza ainda mais as regras para que os CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) obtenham armas e munições. Além disso, há a expectativa de que o Poder Executivo remeta uma PEC

relacionada ao preço dos combustíveis — que em 2021 acumulou uma alta de 47,49% e vem pressionando a inflação.

Estamos na expectativa que o governo crie uma PEC para que a gente possa diminuir o preço dos combustíveis. Esse é nosso grande desafio”, disse o vice-líder do PSD na Câmara, Darci de Matos (SC).

No Senado, onde o governo tem encontrado mais dificuldades para aprovar os textos que

tem interesse, o líder do MDB, Eduardo Braga (AM), deixa subentendido que os obstáculos para o Palácio do Planalto continuam de pé. “A base do governo no Senado é muito fluida, mas, em alguns momentos, eles nos surpreendem. Temos que aguardar para ver como irão se recompor. Até agora, não tem líder do governo no Senado anunciado. Então, ainda está cedo para saber como vai ser o clima para aprovação

de projetos do governo no Senado”, alertou.

Atualmente, há na Câmara 145 PECs prontas para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) — presidida pela deputada bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF) — ou no plenário da Casa. No total, são 997 emendas constitucionais em tramitação.

\*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

### Preocupações para o Planalto

Projeto	O que versa	Onde será votado	Relator
PL 1.472/2021	Diretrizes de preços para diesel, gasolina e Gás Liquefeito de Petróleo/GLP	Senado	Senador Jean Paul Prates (PT-RN)
PL 3.723/2019	Estatuto das armas: flexibiliza regras para os CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores)	Câmara dos deputados	Senador Marcos do Val (Podemos-ES)
PL 442/91	Legalização dos jogos de azar	Câmara dos deputados	Deputado Felipe Carreras (PSB-PE)
PL 591/2021	Autoriza a privatização dos Correios e atualiza o marco regulatório do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP)	Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado	Senador Marcio Bittar (PSL-AC)

